

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JULIANA CABRAL LOPES DE SOUZA

**HISTÓRIA ECONÔMICA DE PERNAMBUCO: UMA SÍNTESE DAS
CARACTERÍSTICAS DE SUA FORMAÇÃO**

RECIFE – PE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S729h Souza, Juliana Cabral Lopes de
História econômica de Pernambuco: uma síntese das
características de sua formação / Juliana Cabral Lopes de Souza.
– 2019.
46 f. : il.

Orientador: Leonardo Ferraz Xavier.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Economia, Recife,
BR-PE, 2019.
Inclui referências.

1. História Econômica 2. Pernambuco – História 3. Pernambuco
– Condições econômicas I. Xavier, Leonardo Ferraz, orient.
II. Título

CDD 330

JULIANA CABRAL LOPES DE SOUZA

**HISTÓRIA ECONÔMICA DE PERNAMBUCO: UMA SÍNTESE DAS
CARACTERÍSTICAS DE SUA FORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela aluna **JULIANA CABRAL LOPES DE SOUZA** ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas sob a orientação do professor **Dr. LEONARDO FERRAZ XAVIER**.

RECIFE – PE

2019

JULIANA CABRAL LOPES DE SOUZA

**HISTÓRIA ECONÔMICA DE PERNAMBUCO: UMA SÍNTESE DAS
CARACTERÍSTICAS DE SUA FORMAÇÃO**

TCC apresentado ao Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 17/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Ferraz Xavier (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Moisés Freitas Athayde Cavalcanti (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Jacques Alberto Ribemboim (examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, distinto pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Em especial a meu orientador, o professor Dr. Leonardo Ferraz Xavier, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço à minha mãe Maria José Cabral, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Composição do valor adicionado bruto, por atividade econômica de Pernambuco- 35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PIB – Produto Interno Bruto.

VAB – Valor Adicional Bruto.

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

IPCA – Índice de Preço do Consumidor Ampliado.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

RMR - Região Metropolitana do Recife.

OIT - Organização Internacional do Trabalho.

RESUMO

O presente trabalho procura expor alguns fatos históricos que moldaram a economia do estado de Pernambuco. Sua motivação está associada ao fato de que, apesar de haver vasta literatura sobre a história econômica de Pernambuco, os trabalhos disponíveis geralmente recaem sobre um corte periódico ou setorial, ou, quando tratam de forma abrangente, são caracterizadas como obras extensas e densas. Por sua vez, o presente estudo procura compilar as informações em um documento com linguagem direta e fluida, com a pretensão de ser usado como base para consulta rápida por leitores interessados no tema. Assim, procura-se agrupar informações que tratem sobre a evolução da economia pernambucana, trazendo para o centro das discussões seus fatos históricos e discutindo suas consequências. Para tanto, foram utilizados referenciais bibliográficos relevantes para discutir tais características, organizadas segundo suas fases marcantes, desde o pré-descobrimento até a atualidade.

PALAVRAS CHAVES: Pernambuco; Formação Econômica; História Econômica.

ABSTRACT

This paper seeks to expose some historical facts that have shaped the economy of the state of Pernambuco. Its motivation is associated with the fact that, despite the existence of vast literature on the economic history of Pernambuco, the available works generally fall on a periodic or sectoral cut, or, when they treat in a comprehensive manner, are characterized as extensive and dense works. In turn, the present study seeks to compile the information in a document with direct and fluid language, with the intention of being used as a basis for rapid consultation by readers interested in the theme. Thus, it seeks to group information that deals with the evolution of the Pernambuco economy, bringing to the center of discussions its historical facts and discussing its consequences. To this end, relevant bibliographic references were used to discuss these characteristics, organized according to their striking phases, from the pre-discovery to the present day.

KEY WORDS: Pernambuco Economy; Economic Training; Northeast.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	REFERENCIAL TEÓRICO	5
3	METODOLOGIA	7
4	RESULTADOS	8
4.1	CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO	8
4.2	A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO	11
4.2.1	PERÍODO PRÉ-DESCOBRIMENTO	12
4.2.2	DO SÉCULO XVI À RESTAURAÇÃO	14
4.2.3	DA RESTAURAÇÃO AO SÉCULO XVIII	17
4.2.4	CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XIX	20
4.2.5	CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XX	23
4.2.6	CARACTERÍSTICAS DA ATUALIDADE	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compilar informações a respeito da formação econômica do estado de Pernambuco, com vistas a relatar os principais acontecimentos históricos que moldaram sua economia. Nesse contexto, a história econômica do estado tem seu principal marco inicial fundamentado na exploração da cana-de-açúcar. Mesmo entre os Séculos XVII, após a Restauração Pernambucana, e XVIII, quando a atividade passou por dificuldades¹, permaneceu crescente o número de engenhos e se fizeram presentes outros ramos de negócios, a exemplo da produção de aguardente, demonstrando a importante influência da atividade no estado (LIMA, 2007).

Apesar das dificuldades pela qual passou a economia açucareira (dentre as quais concorrência estrangeira, debilidade do sistema de transportes, epidemia de varíola e crise no abastecimento de escravos), o crescente número de engenhos pode ser explicado pela ligação direta que tinha esse setor de negócios com a arrematação dos contratos de impostos, fonte de receita para a Coroa, o que levava a metrópole a proteger os senhores de engenho e lavradores, impedindo a tomada dos bens dos produtores endividados, mantendo assim seu funcionamento (LIMA, 2007).

Não obstante o papel da economia açucareira, outros movimentos são consideráveis a tratar ao longo da formação econômica do estado, a exemplo do ciclo do algodão, da atividade pecuária no interior do estado, bem como dos acontecimentos mais recentes, mais ligados aos serviços, ao comércio e à indústria. Fatos históricos importantes, como a introdução das Capitania Hereditárias, a Guerra dos Mascates, a Revolução Pernambucana, a Confederação do Equador, a Revolução Praieira, dentre outros, certamente moldaram os rumos da economia local (AQUINO; FAUSTO, 1998).

Nesse contexto, a questão central deste trabalho é: Como os fatores e acontecimentos históricos moldaram a economia do estado de Pernambuco? A exemplo do ciclo da cana, superficialmente tratado nesta Introdução, procura-se

¹ Após a saída dos holandeses do estado, aportando nas Antilhas, onde passaram não só a controlar o comércio, como também a produção do açúcar oriundo desta localidade, surgiu grande concorrência estrangeira, o que afetou sua posição no mercado europeu, porém mantendo-se certa parcela de consumidores do produto pernambucano, devido à sua melhor qualidade, em comparação ao açúcar concorrente (AQUINO; FAUSTO, 1998).

identificar e detalhar quais produtos surgiram como alternativa e como estes foram sendo consolidados ou substituídos ao longo dos séculos. As hipóteses presumem que a economia pernambucana foi moldada ao longo desses fatores e acontecimentos históricos, vivendo momentos de pujança e outros de declínio, mas sempre provocando efeitos sobre tempos posteriores.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, é expor alguns fatos históricos que moldaram a economia do estado de Pernambuco, situando este na região Nordeste, no País e no cenário mundial, quando possível.

Tal estudo encontra sua motivação associada ao fato de que, apesar de haver considerável literatura acerca da história econômica de Pernambuco, os trabalhos disponíveis geralmente recaem sobre um corte periódico ou setorial, ou, quando tratam de forma abrangente, são caracterizadas como obras extensas e densas. Por outro lado, o presente trabalho procura compilar as informações em um documento mais enxuto, prezando por linguagem direta e fluida, com a pretensão de ser usado como base para consulta rápida por leitores interessados no tema. Assim, procura-se agrupar informações que tratem sobre a evolução da economia pernambucana, trazendo para o centro das discussões seus fatos históricos e discutindo suas consequências.

O trabalho está organizado em quatro capítulos além desta Introdução. O segundo capítulo traz um breve relato a respeito do referencial teórico, tratando de forma geral sobre obras relevantes que se debruçaram sobre o tema deste estudo; enquanto no capítulo seguinte, Metodologia, pontuam-se características da pesquisa efetuada. No quarto capítulo, Resultados, busca-se suprir o objetivo proposto tratando-se, de forma separada, das características relevantes associadas a intervalos temporais selecionados. Em seguida, as principais conclusões do trabalho são apresentadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo trata, de forma geral, sobre obras relevantes que se debruçaram sobre a formação econômica do estado de Pernambuco, direta ou indiretamente, seja de forma geral ou especificamente para certos períodos.

Exemplo seminal de obra que tratou da formação econômica do estado de forma indireta é Furtado (2007), referência fundamental a respeito da formação econômica do país. Visto que o ciclo do açúcar marcou a própria economia nacional, este é um exemplo de contribuição cuja referida obra produziu e recaiu fundamentalmente sobre o estado de Pernambuco, particularmente neste período. Além deste, cabe destacar as reflexões que tais obras trazem sobre os ciclos do algodão e da pecuária. Tratam-se, portanto, de relevantes contribuições ao entendimento da evolução econômica não só do país, mas também de Pernambuco, tendo em vista que o estado viveu épocas de proeminência no cenário nacional.

Galvão (2015) apresentou importante contribuição ao estudar a economia pernambucana entre o último quartel do Século XIX e o Século XXI. Tal pesquisa teve o propósito de refletir sobre as possibilidades de ocorrência de um novo ciclo de crescimento no estado para o futuro próximo. Nesse aspecto, abordou características de estagnação ocorridas até a primeira metade do Século XX, passando pelas crises ocorridas na segunda metade desse século. Em seguida, propõe que os efeitos adversos provocados nos períodos anteriores estariam exaurindo, gerando perspectivas de um novo e sustentado ciclo de crescimento no estado.

Aquino e Fausto (1998) faz uma revisão histórica da economia pernambucana analisando os movimentos que levaram a formação econômica do estado, a exemplo do ciclo do açúcar, do algodão, da atividade pecuária, além das formações mais recentes associadas a fatores como o comércio e a industrialização.

Andrade (2017) também se mostrou uma importante obra de consulta no sentido de abordar a geografia pernambucana, estudando características naturais em geral, como clima, relevo, geologia, hidrografia e flora, e também mostrando aspectos socioeconômicos relativos ao município de Ipojuca, onde está situado o porto de Suape.

Amaral (1958) traz um material histórico-geográfico sobre a agricultura no país, explicando a ocupação político-econômica do território brasileiro, desde o descobrimento, destacando o comércio de escravos e a produção do açúcar. Nesse

aspecto, visto que Pernambuco contou com momentos de destaque no cenário nacional, referida obra traz informações úteis para o entendimento da formação econômica do estado.

Guedes (2005) e Lisboa (2014) também tratam da economia açucareira, porém Lisboa (2014) dá destaque ao período compreendido entre os Séculos XVII e XVIII, marcado por diversos problemas e dificuldades na produção, apesar do aumento do número de engenhos, mostrando a importância de diversos negócios ligados à produção açucareira em Pernambuco, permitindo novos investimentos e mantendo o açúcar como principal produto da economia do estado; enquanto Guedes se atém à importância do açúcar para a capital, Recife.

Matos (2011) percorre a trajetória dos holandeses no país, discutindo o período nassoviano no Brasil, explorando o desenvolvimento ocorrido nessa fase e mostrando como se deu a administração de Maurício de Nassau, que buscou administrar os conflitos de forma flexível e hábil. A obra também destaca a atuação de seus artistas, que o projetou além da Companhia das Índias Ocidentais.

Por sua vez, a obra de Albuquerque (2013) aborda a macroeconomia pernambucana no século XIX e destaca a questão do tráfico de escravos no Século XIX, mostrando que Recife tinha papel importante no cenário mundial através de dados da macroeconômicos.

Lima (2007) apresenta um panorama geral da economia do estado, destacando as dificuldades enfrentadas nas décadas mais recentes, principalmente oriundas de um ambiente global mais competitivo, além de refletir sobre as mudanças ocorridas no período, visando a recuperação do crescimento. A obra também faz uma análise das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo estadual e também discute aspectos relevantes de investimentos importantes, a exemplo da refinaria de Suape, do Estaleiro Atlântico Sul, da unidade de produção de hemoderivados Hemobrás, dentre outros.

Por fim, vale ainda citar Gonçalves e Araújo (2015), que apresentam a trajetória socioeconômica do Nordeste brasileiro, desde a chegada dos europeus no Século XV, até o início do Século XX, apresentando a formação econômica dessa região através de suas características macroeconômicas e indicadores regionais. Trata-se, portanto, de importante fonte consultada para o entendimento da formação econômica do estado de Pernambuco.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada na formulação deste trabalho foi baseada em pesquisas bibliográficas, através de consultas a livros, revistas, pesquisa de manuais, tratados e artigos disponibilizados na internet. A pesquisa bibliográfica procura conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2001).

Para as pesquisas bibliográficas, foram procedidas as seguintes etapas:

- Busca de fontes;
- Leitura do material;
- Identificação das informações e dos dados constantes do material pesquisado, estabelecendo relações com o problema proposto e análise da consistência das informações e dos dados levantados.

A análise foi orientada pelos objetivos do estudo, evidenciando-se por três etapas:

- Pré-análise;
- Exploração do material;
- Tratamento dos dados obtidos e interpretação, para melhor compreensão.

O material foi agrupado e comparado por similaridade, objetivando pontos a serem conceituados, os quais estão divididos em cinco etapas:

- O estado de Pernambuco;
- História do estado de Pernambuco;
- Evolução da economia do estado de Pernambuco;
- Setor primário, secundário e terciário;
- Análise dos dados econômicos.

Trata-se, portanto, de um trabalho de revisão bibliográfica com a finalidade de obter uma sistematização de argumentos capazes de responder ao problema desta pesquisa de forma satisfatória. Para tanto, a seleção da literatura está associada ao aprofundamento sobre a história econômica de Pernambuco, identificando-se as finalidades indicadas nos objetivos do trabalho (GIL, 2008).

4 RESULTADOS

Serão apresentadas nos tópicos posteriores as características das fases da formação econômica pernambucana. Inicialmente, porém, serão pontuadas características geográficas gerais do estado, importantes para o entendimento de seu espaço, tratando-se em seguida da evolução econômica do estado, desde o pré-descobrimento até os dias atuais.

4.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Antes de tratar sobre a formação econômica do estado, é conveniente tratar sobre características geográficas gerais de Pernambuco. O estado está localizado na região Nordeste do Brasil, geograficamente ocupando uma parcela pequena dessa região, tendo uma baixa extensão litorânea e fazendo fronteira com os estados da Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará e Piauí. Seu território ocupa uma área de 98.312 km², com capital na cidade de Recife.

O relevo de Pernambuco é formado pelas seguintes unidades geomorfológicas: planícies costeiras, tabuleiros costeiros, colinas da Zona da Mata, Planaltos da Borborema e da Bacia do Jatobá, a Depressão Sertaneja e a Chapada de Araripe, esta no noroeste do estado. As principais cidades da planície litorânea são Recife e Jaboatão de Guararapes. A Zona da Mata está localizada no domínio de “Mares de Morros”, com colunas onduladas que marcam a transição entre o litoral e o agreste (ANDRADE, 2017).

O Agreste se situa em região de planalto, a altitude média é de 400 metros e pode chegar a 1000 metros em pontos mais altos. No Sertão, a altimetria diminui em direção à região do rio São Francisco, formando relativa depressão em relação ao Planalto de Borborema (ANDRADE, 2017).

Pernambuco conta com uma paisagem diversificada, apesar de estar situado, em sua maior parte, no semiárido brasileiro, caracterizado pelo Sertão abrasador e pela precariedade de recursos vegetais. O estado é privilegiado pelo seu litoral, propiciando movimento econômico relacionado ao turismo, contando ainda com o arquipélago de Fernando de Noronha, um dos ambientes turísticos mais movimentados de todo o Brasil (ANDRADE, 2017).

O interior Pernambucano é marcado por chapadas e serras que contrastam com o clima sertanejo típico da região. Em alguns municípios encontram-se florestas de mata fechada caracterizadas como do mesmo tipo da Amazônica. Essa pluralidade geográfica de Pernambuco é identificada por Andrade (2017) da seguinte forma:

O território pernambucano está localizado, em sua maior porção, sobre rochas ígneas e metamórficas, muito antigas, pré-cambrianas, e em porções bem menos extensas, formadas por rochas sedimentares mais jovens, que datam do Terciário e do Quaternário. Estas se encontram, sobretudo, no litoral, onde estão os sedimentos quaternários e as famosas deposições da série Barreiras, bem mais extensas ao norte que ao sul do Recife, e em largas porções da chapada do Araripe e do vale do Moxotó, sobre o pediplano cristalino sertanejo. Encontramos, ainda, formas residuais de pequena extensão, mas de altitude expressiva, como a Serra Negra situada nos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu, cobertas por florestas consideradas como do tipo Amazônico e afloramentos vulcânicos em Ipojuca e no Cabo de Santo Agostinho, próximos ao litoral do Estado. (ANDRADE, 2017, p. 13).

Sobre as questões climáticas O estado de Pernambuco localiza-se na Zona Intertropical. As temperaturas são altas, mas podem variar devido a interferência das massas de ar e do relevo. Há dois tipos de climas que são predominantes: tropical úmido, no litoral e semiárido, no interior (AMARAL, 1958).

Porém, há variações dos dois tipos de climas em diversas regiões. No Planalto da Borborema, por exemplo, e nas regiões de maior altitude, as temperaturas são mais amenas, com climas úmidos e úmidos-sub úmidos. Na região Centro-Oeste, o clima é mais seco e as temperaturas são mais elevadas, secos-sub úmidos, semiáridos e áridos (AMARAL, 1958).

Apesar de Pernambuco ter como característica geográfica a sua diversificação, a questão climática é bastante coesa em todo território, salvo em exceções como as serras e as chapadas, que fornecem um clima mais fresco devido à altitude. Mas, em linhas gerais, a população sertaneja sofre com o calor abrasador, sem falar em períodos de estiagem característicos da região Nordeste como um todo. A seca é um problema sintomático, onde em vários momentos presenciou-se o seu agravamento, tornando-se assim um fenômeno relativamente comum em Pernambuco. Sobre o clima pernambucano Andrade (2017) afirma o seguinte:

Localizado na faixa intertropical, a menos de 10° de latitude Sul, Pernambuco possui um clima que apresenta sempre temperaturas elevadas. A temperatura média do mês mais frio é sempre superior a 18°C, característica dos climas tropicais. Apenas em áreas pouco extensas e elevadas é que encontramos temperaturas mais baixas, amenizadas pela altitude. A distância do litoral também influencia o clima, pois, enquanto na faixa litorânea as amplitudes térmicas diurnas são pequenas, no Agreste e, sobretudo, no Sertão, áreas mais distantes do litoral, elas se elevam, às vezes, a mais de 5°C. A amplitude térmica anual, porém, é muito baixa em todo o Estado. (ANDRADE, 2017, p. 15).

No estado de Pernambuco predominam quatro tipos de formação fitogeográficas (tipo de vegetação de acordo com a localização geográfica): de litoral, de mata, da caatinga e das savanas. A vegetação litorânea localiza-se na Costa Atlântica, a faixa litorânea, que recebe influência direta ou indireta do mar. Esse tipo de vegetação é subdividido em marítima, praia, restingas e mangues.

A variação ocorre em função da localização, altitude do relevo, tipo de solo e maior ou menor concentração salina (LIMA, 2007). A vegetação marítima é formada em grande parte por algas oceânicas. A vegetação de praia está em contato com o mar e com o solo de areia, sendo rasteira, e pode ser mais ou menos densa, sendo encontradas na forma de gramíneas, leguminosas e cactáceas. As restingas estão situadas após a área de praia, cuja vegetação é arbustiva. Nos mangues, a vegetação está em contato com água salgada marítima e com a água doce dos rios, cujos solos são pantanosos.

A Zona da Mata pernambucana é classificada em: mata úmida, mata seca e matas serranas. A subdivisão leva em consideração a maior ou a menor exuberância da vegetação, unidade da região, altitude, condição do solo e proximidade das áreas de caatinga. A mata úmida é a mais exuberante, com folhagem verde e com mata rica em cipós. A mata seca, por sua vez, possui menor quantidade de árvores por área e a quantidade de cipós é menor. As matas serranas localizam-se acima de costas superiores a 500 metros de altitude. Essa região já foi bastante desmatada, área explorada para a produção de cana de açúcar e cereais (LIMA, 2007).

A Caatinga é o maior tipo vegetacional do estado, em extensão. A vegetação é de porte médio a baixo, caracterizada como tropófila (plantas adaptadas à variação de umidade), espinhosa e localizada em clima seco. Nas regiões de Caatinga,

geralmente, o solo é raso. As variações de umidade, características do solo e altitude resultam em dois subtipos de área: Agreste e Sertão. A vegetação do agreste é mais densa do que a do sertão e, de modo geral, seus níveis de pluviosidade são mais regulares e mais elevados, com solo mais profundo (LIMA, 2007).

A região de Sertão é mais extensa do que o Agreste. No Sertão, as estiagens são mais prolongadas, o volume de pluviosidade é menor e os solos são mais rasos. Nas Zonas de Savanas ou Cerrados, por sua vez, a vegetação é gramínea e intercaladas de árvores com tronco e galhos tortuosos e folhas coriáceas (textura semelhante de couro). A subdivisão Tabuleiro está mais afastada do litoral, localizada em área com altitude entre 100 e 150 metros (LIMA, 2007).

Quanto à Chapada do Araripe, sua vegetação é típica de Cerrado. Sobre o aproveitamento produtivo, nessa região há a produção de pequi, cajueiros e mangabeiras. Os tabuleiros são menos produtivos, pobres em madeira e os solos são menos férteis (LIMA, 2007).

Feita essa sintética contextualização geográfica, passa-se para o entendimento da história pernambucana aos olhos da economia. Nos tópicos seguintes será abordado o percurso histórico de Pernambuco, desde antes o processo de colonização português até os dias atuais.

4.2 A FORMAÇÃO ECONÔMICA DE PERNAMBUCO

Desde a dominação portuguesa, a economia pernambucana tinha como base a produção açucareira. O investimento holandês na região fez o estado prosperar, destacando-o no cenário nacional e internacional. Entretanto, a expulsão dos holandeses, a descoberta do ouro em Minas Gerais e a concorrência com o açúcar produzido nas Antilhas levaram a economia local à decadência.

Esse cenário só apresenta sinais de alteração a partir da década de 1960, com os investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na região. Ainda que a monocultura açucareira se mantenha forte no estado, a fruticultura e os setores portuário e tecnológico se desenvolveram, contribuindo com o cenário econômico regional. Os tópicos a seguir procuram retratar essas fases da formação econômica do estado, desde o pré-descobrimento até a atualidade.

4.2.1 PERÍODO PRÉ-DESCOBRIMENTO

A história brasileira é descrita por muitos como um período de pouco mais de 500 anos, ou seja, desde o descobrimento até a atualidade. Porém, essa configuração historiográfica não leva em conta o período pré-colonial, que pode ser retratado pela presença dos povos nativos que viviam no Brasil antes das grandes navegações.

Furtado (2007) nomeia como fase pré-colonial o período correspondente às três primeiras décadas de ocupação (1500 a 1530), quando praticamente não houve colonização efetiva por parte dos portugueses. Entretanto, o período abordado neste tópico é anterior ao descobrimento, análoga a uma “pré-história” do Brasil. Sendo assim, a discussão gira em torno de entender a sociedade, a cultura e o modo de vida dos povos nativos que viviam na região antes mesmo da chegada dos portugueses colonizadores, dando ênfase à região Nordeste e com destaque ao território correspondente ao atual estado de Pernambuco.

Os povos indígenas que viviam em terras brasileiras, infelizmente deixaram poucos recursos históricos, mas, através de estudos de arqueologia, pode-se fazer ter ideia do modo de vida desses indivíduos antes da colonização. Entende-se que o Brasil abrigou vários povos indígenas que viviam com suas próprias regras e preceitos, exemplificando os tabajaras, os guaranis, os cariris, os caiapós, os xucurus, os potiguaras etc., dentre centenas de identidades que se dividiam por toda extensão das terras brasileiras (LIMA,2007).

Um ponto importante é que o conceito de nação não fazia parte daquela realidade social. Dessa forma, os povos não tinham uma unidade e, por isso, foi comum ao colonizador aliar-se com algumas e entrar em conflito com outras.

O nível de desenvolvimento desses povos era bastante atrasado em comparação com o velho mundo. Ressalta-se que “bastante atrasado” não deve ser entendido como um estilo de vida pior ou melhor, mas no sentido de tecnologias disponíveis. No novo mundo, esses índios nunca saíram da posição de neolíticos, ou seja, praticavam a caça e a coleta, e usufruíam de um conhecimento raso sobre agricultura e pastoril. Ao falar desses nativos, Martin (2008) analisa o seguinte:

O indígena do Nordeste, antes da colonização europeia, no seu nível cultural mais avançado nunca ultrapassou o estágio neolítico primário pré-urbano. Sua habitação não era permanente, não trabalhou a pedra para construções de

moradias, não conheceu os metais, a roda, nem o torno do oleiro e não domesticou nenhum animal economicamente rentável. (MARTIN, 2008, p. 151).

Dentro da pré-história estruturam-se dois principais períodos, paleolítico e o neolítico, em que o ser humano se desenvolve com características específicas, de forma que os homens do paleolítico viviam de forma diferenciada que os do neolítico. No paleolítico, os indivíduos caçavam e coletavam seus próprios alimentos, por esse motivo precisavam deslocar-se constantemente, caracterizando o seu nomadismo. Ao oposto dessa realidade, os homens do período neolítico viviam da prática da agricultura e do pastoril, dando assim os subsídios para sua sobrevivência. Entretanto, como eles passaram a viver da terra, precisavam permanecer no território, surgindo um sedentarismo território, deixando de lado a condição de nômade do paleolítico.

Os nativos americanos tinham uma característica de mescla entre os dois períodos. Dito de outro modo, eles não viviam encaixados em nenhum dos períodos observados acima. Eles se adaptavam à natureza de acordo com a necessidade, sabendo usufruir da caça e da coleta, mesclado com a prática da agricultura e do pastoril. Segundo o modo de vida do americano pré-colonial, Martin (2008) diz que:

A divisão “caçador-coletor-nômade” e “agricultor-pastor-sedentário”, do Velho Mundo, não é válida para a América. Não se realizou na pré-história brasileira a dualidade cultivador-pastor ou criador, com o processo que significa o gado estrumar a terra e proporcionar proteínas ao agricultor e, paralelamente, o subproduto da agricultura alimentar também o gado. A agricultura nas Américas é muito antiga, tendo-se desenvolvido a partir de cultivos locais e métodos próprios e não importados do Velho mundo, como erradamente alguns arqueólogos afirmam. [...] Na América do Sul, o homem pré-histórico, até nas sociedades agrícolas mais organizadas, nunca deixará de ser caçador, como imperativo imposto para obtenção de proteína. (MARTIN, 2008, p. 181).

Infelizmente, a coleta de fontes históricas ligadas a esse período é diminuta, pois os nativos da época não conseguiam transmitir seus conhecimentos com facilidades como o homem ocidental. Porém, através de estudos arqueológicos, foram identificados resquícios diversos sobre esse período, destacando pinturas rupestres e ferramentas rústicas construídas na época.

4.2.2 DO SÉCULO XVI À RESTAURAÇÃO

A colonização do país é marcada inicialmente pela instauração das capitanias hereditárias, que eram grandes extensões territoriais pertencentes a homens importantes para a coroa portuguesa, que passavam de pais para filhos (por isso sua denominação) e que pretendiam povoar essas novas terras conquistadas. Os portugueses já utilizavam esse método de colonização em outras colônias, porém no Brasil não se obteve o mesmo êxito.

Um dos principais motivos para esse fracasso foi a extensão das terras, haja vista que o país tem dimensões continentais e as capitanias também tinham essa característica, o que dificultava sua administração. Outra característica que contribuiu para o fracasso foi a presença de povos nativos que relutaram à colonização, inclusive com conflitos armados que levaram a muitas mortes, tanto dos nativos quanto dos colonizadores. Por fim, a ausência inicial de ouro, ou qualquer outro recurso com poder de exportação real, desanimava ainda mais os donatários (donos das capitanias) a continuar insistindo na exploração desses locais, o que causou o abandono de muitas capitanias antes de haver um povoamento robusto, como estava previsto (ALVEAL, 2013).

A região que se define hoje como o Nordeste não seguiu o rumo de fracasso e, como um todo, destacou-se nesse processo de colonização, tendo Pernambuco como a principal capitania. Duarte Coelho foi o primeiro responsável por esta, governando até meados do Século XVI, e para efetivar o território e obter êxito no povoamento teve como principais linhas de atuação o combate aos índios e a fundação de vilas, tais como Igarassu e Olinda. Sobre esse início de colonização pernambucana, Melo (2011) explica:

A capitania de Pernambuco foi concedida a Duarte Coelho que juntamente com sua comitiva travou várias lutas contra os índios pela posse da terra. Após a derrota dos nativos, foi erguida a igreja de São Cosme e Damião como marco da batalha vencida. Igarassu foi fundada em 1535 por Afonso Gonçalves ordenado por Duarte Coelho, sendo a primeira vila pernambucana em que o donatário se estabeleceu. A segunda vila fundada na capitania

foi Olinda em 1537. Portanto, Igarassu simboliza o marco inicial da ocupação do território pernambucano. (MELO, 2011, p. 2).

Dentro desse contexto, para entender o motivo das capitanias no geral terem fracassado, enquanto Pernambuco tenha logrado êxito, prosperado e ainda guiado a região Nordeste a ter destaque naquele período, é preciso observar o viés econômico traçado, pois a capitania que se mostrou sustentável tinha sua economia em crescimento. Nesse aspecto, pesa-se o papel do açúcar na história econômica do estado. A economia girava em torno desse produto e deu subsídios para que Pernambuco e toda a colônia solidificassem a colonização/exploração das terras do país (MELO, 2011).

Por volta da metade do Século XVI surgiram vários engenhos de cana-de-açúcar que produziam não só o açúcar, mas também seus derivados, como aguardente, mostrando que os engenhos não eram somente uma “fábrica de açúcar”, mas formavam verdadeiras sociedades em torno destes. Demandava-se muitas pessoas e uma robusta infraestrutura para manter em funcionamento um engenho de grande porte, o que favorecia o surgimento de vilas nos seus entornos (MELO, 2011).

Essas características que tornaram Pernambuco a mais importante capitania. Os senhores de engenho ganhavam grandes fortunas e isso fazia com que Portugal ampliasse seus recursos. Isso contribuiu para que o produto se voltasse para a exportação, gerando grandes volumes de capital, e com o interesse da colônia, a terra era vista como uma fonte de riqueza, enfatizando e aumentando o povoamento daquela localidade. Melo (2011) observa o crescimento dos engenhos da seguinte forma:

A economia açucareira sustentava a então capitania de Pernambuco, que possuía no fim do século XVI 66 engenhos de açúcar, número que passou para 150 em meados do século XVII numa contabilização realizada pelos holandeses. Nesta época, Igarassu contava com 8 engenhos (MELLO, 1981, p.89), o que correspondia a uma pequena parcela perante o total da capitania, reforçando assim a preferência dos colonizadores por outras áreas do território pernambucano, como Olinda. (MELO, 2011, p.3).

Pernambuco se mostrava um polo economicamente sustentável e era até esperado que outras nações se interessassem pela região. Foi o caso da Holanda, que chegou a governar a capitania durante a primeira metade do Século XVII. O cenário geopolítico da época favorecia essa conquista, principalmente porque Portugal e Espanha se fundiram em um único reino, formando a chamada União Ibérica, que durou de 1580 a 1640. Os holandeses, que antes disso eram inimigos da Espanha, viram na colônia portuguesa uma vitória sobre os espanhóis, por conta das conquistas territoriais e marítimas da época (MATOS, 2011).

Tratando-se de infraestrutura, as cidades de Recife e Olinda passaram por significativas mudanças nesse período e a invasão dos holandeses, ironicamente, foi positiva para o crescimento econômico local. O monopólio marítimo que a Holanda possuía tornava possível a exportação do açúcar produzido na região para toda a Europa praticamente sem imprevistos, o que favorecia e potencializava o crescimento econômico da região de Pernambuco. O ápice econômico e social se deu com a chegada de Maurício de Nassau para administrar o chamado “Brasil holandês”, promovendo uma era de ouro na região. Sobre o desenvolvimento desse período, Matos (2011) argumenta:

Uma vez obtido o sucesso econômico para a Companhia das Índias Ocidentais e garantido, portanto, seus proventos, Nassau construiu obras vigorosas e exuberantes tanto na arquitetura quanto na sofisticação das obras de engenharia, edificando cidades e pontes. Com tais obras, Nassau criou uma referência, um parâmetro, um perfil de homem público e administrador desde o século XVII até os nossos dias. Perfil este completado: pelos trabalhos científicos de Jorge Marcgrav, construtor de um observatório – com o qual observou e descreveu um eclipse solar, pela primeira vez no Novo Mundo. (MATOS, 2011, p. 195)

Olhando especificamente pelo aspecto econômico, a vinda dos holandeses trouxe consigo um potencial de crescimento incrível para a região. Os holandeses já sabiam como funcionava a produção açucareira e promoveram um desenvolvimento até então incipiente na colônia.

4.2.3 DA RESTAURAÇÃO AO SÉCULO XVIII

Até o final do Século XVI, a produção açucareira no Brasil estava em ascensão e esse cenário começou a mudar em 1580, quando Portugal foi dominado pela Espanha, que estava em guerra com a Holanda e esta controlava o comércio marítimo dos países europeus. Em 1640, quando Portugal deixou de ser domínio Espanhol, o Brasil já tinha perdido grande fatia do mercado mundial de açúcar e a produção de outras colônias europeias, principalmente das Antilhas, havia superado a produção brasileira, por encontrar mais facilidade no mercado europeu, enfraquecendo o ciclo da cana-de-açúcar. A colônia entrou num período de estagnação com relação à metrópole, o que só veio a terminar no início do Século XVIII, quando começava o ciclo do ouro (ANDRADE, 2017).

O processo de Restauração está ligado à expulsão dos holandeses do território nordestino, dando ênfase ao expurgo feito pelos pernambucanos. Economicamente, essa realidade reflete o começo do fim da era do açúcar no estado.

O açúcar de Pernambuco destacava-se pela eficiência e atribuída qualidade fornecida pelos holandeses, ou seja, eles sabiam produzir um produto de excelente qualidade, fazendo com que o mercado desse prioridade ao açúcar pernambucano. Porém, além desse quesito, não se deve esquecer que a Holanda detinha certa hegemonia marítima na época, proporcionando facilidade e caminho aberto para a política de exportação, fundamental para o mercado açucareiro daquele período, haja vista que a produção era voltada quase que exclusivamente para suprir o mercado exportador.

Dentro desse contexto, a expulsão dos holandeses fez com que o açúcar pernambucano entrasse em crise, e a realidade só piorou quando os próprios holandeses começaram a produção do seu açúcar em outras colônias, concorrendo diretamente com o açúcar brasileiro. É importante lembrar que o mercado comprava a mercadoria do Brasil, mas, totalmente produzida pelos holandeses. Sendo assim, não fica difícil entender a preferência do comprador pelo açúcar holandês em detrimento do brasileiro (AMARAL, 1958). Nesse período pós-restauração, Lisboa (2014) contextualiza o seguinte:

É difícil não chamar de crise a situação que viveu a economia açucareira da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII. Apesar de poucos anos após a Restauração boa parte dos engenhos serem reativados e a produção voltar a um nível razoável, a conjuntura econômica para o açúcar já era outra. Desalojados de Pernambuco, os holandeses aportam nas Antilhas, passando não só a controlar o comércio como também a produção do açúcar. Dessa forma, o açúcar antilhano produzido pelos holandeses entrou como concorrente do produto pernambucano, afetando sua colocação no mercado europeu. Para um observador contemporâneo, o primeiro grande problema se dava justamente por conta dessa concorrência estrangeira. (LISBOA, 2014, p. 199).

Após a saída dos holandeses do estado, aportando nas Antilhas, onde passou não só a controlar o comércio como também a produção do açúcar oriundo desta localidade, surgiu grande concorrência estrangeira, o que afetou a posição de Pernambuco no mercado europeu. Porém, mantinha-se certa parcela dos consumidores do produto pernambucano devido à sua melhor qualidade em comparação ao açúcar antilhano (AMARAL, 1958).

Após a expulsão dos holandeses, a economia pernambucana, dependente da agro-manufatura do açúcar, sem capitais para investimento em lavouras, equipamentos e mão-de-obra (escrava), e face ao declínio dos preços do produto no mercado internacional, devido à concorrência do similar produzido nas Antilhas, entrou em crise.

A concorrência afetou os ricos senhores de engenho de Olinda, que entraram em decadência pela não obtenção de lucros com a produção açucareira, não tendo capital para saldar suas dívidas. Em busca de uma saída, os senhores de engenho se endividaram. Naquela época, os comerciantes portugueses, chamados de mascates, ocupavam a cidade de Recife e possuíam dinheiro para emprestar aos senhores de Olinda, porém cobravam juros altíssimos pelos empréstimos, ocasionando o endividamento cada vez maior dos olindenses (ALVEAL, 2013).

Dependentes economicamente dos comerciantes portugueses, junto a quem contraíram dívidas agravadas pela queda internacional dos preços do açúcar, os latifundiários pernambucanos não aceitaram a emancipação político-administrativa do Recife, até então uma comarca subordinada a Olinda. A emancipação de Recife foi percebida como uma agravante da situação dos latifundiários locais (devedores)

diante da burguesia lusitana (credora), que por esse mecanismo passava a se colocar em patamar de igualdade política (ALVEAL, 2013).

Até o final do Século XVII, Olinda era a principal cidade de Pernambuco, onde moravam ricos senhores de engenhos que esperavam a manutenção ininterrupta de sua fortuna. Mas a crise se abateu por uma guerra de preços do açúcar no mercado europeu, e os senhores de engenho de Olinda passaram a se endividar junto aos comerciantes de Recife. Aos poucos, foram surgindo ódio e conflitos, e, conscientes de sua importância, os comerciantes pediram ao rei de Portugal que o povoado fosse elevado à condição de vila. Quando estava sendo concretizada a separação entre as duas cidades, em 1710, os senhores de Olinda se revoltaram, tendo como um dos chefes o proprietário de engenho Bernardo Vieira de Melo. Sem condição de resistir, os comerciantes mais ricos de Recife fugiram para não serem capturados. A metrópole interveio na região, em 1711, prendendo os líderes da rebelião.

Após a vitória dos mascates comerciantes, percebe-se o predomínio do comércio em relação à produção colonial que já ocorria, já que os senhores de Olinda pegavam dinheiro emprestado a juros com os mascates para conseguirem manter seu sistema colonial.

Não obstante a crise que envolvia os produtores de açúcar no estado, alguns destes recorriam diretamente à Coroa para salvar seus bens, que, de certa forma, protegia os senhores de engenho. Dessa forma, apesar das dificuldades pela qual passava a economia açucareira, o número de engenhos estava crescendo entre 1655 e 1750. Isso pode ser explicado pela ligação que tinha esse setor de negócios com a arrematação dos contratos de impostos, fonte de receita para a Coroa, e certamente por isso que a Coroa protegia os senhores de engenho e lavradores, impedindo a tomada dos bens dos produtores por conta das dívidas, mantendo assim seu funcionamento (ALVEAL, 2013).

Dentre as diversas crises que passou a economia açucareira pernambucana, também vale citar o problema no abastecimento de escravos para os engenhos e lavouras, em decorrência do direcionamento destes para o estado de Minas Gerais, devido à alta demanda associada à exploração de ouro e ao alto valor de venda naquele local, apesar de que em Recife também se tinha um elevado nível de preços, porém com demanda inferior a Minas Gerais (AMARAL, 1958).

É importante entender o funcionamento da produção açucareira. O sistema vigente era configurado como *plantation*, realidade que girava em torno de alguns

princípios: monocultura, no caso a produção em massa de cana de açúcar; latifúndio, pois a produção exigia vastas quantidades de terras; e mão de obra escrava, caracterizada pelo tráfico negreiro. Vale destacar o tráfico de escravos como uma atividade fundamentalmente econômica. A questão da escravidão do africano deve ser pensada não só como uma iniciativa ligada ao racismo, à etnia ou algo relacionado a esse assunto, mas também deve ser pensada aos olhos do mercado. Os escravos eram compreendidos como mercadorias e, sendo assim, tudo que gira em torno de um produto deve ser levado em consideração quando refletimos sobre a escravidão: valor, mercado, governabilidade, sustentabilidade, lucro, prejuízo, tudo isso deve ser levado em consideração (AMARAL, 1958).

Nesse contexto, não é à toa que o sistema escravocrata brasileiro perdurou por muito tempo. Dentro das nações americanas, o Brasil foi o último a abolir a escravidão. A economia pernambucana girava em torno dessa realidade, a mão de obra escrava proporcionava um ganho duplo, pois não só servia de força braçal para suprir as carências da sociedade açucareira, mas também de valor patrimonial, como mercadoria de troca e poder.

Sobre essa relação de aproximação entre o Pernambuco escravocrata e a realidade açucareira, Lisboa (2014) afirma:

O próprio tráfico de escravos também era um setor de negócios que mantinha um forte vínculo com a economia açucareira, já que, descontados os que eram remetidos para as minas, boa parte dos escravos desembarcados na capitania destinava-se à reposição da mão de obra dos engenhos e lavouras. Os tratos comerciais constantes de Pernambuco com Costa da Mina e Angola através das mercadorias produzidas na capitania como tabaco e cachaça, de certa forma, é o que viabilizava a aquisição de escravos pelos produtores locais mesmo em períodos de dificuldades. Nesse caso, além da já citada cachaça, devemos chamar a atenção para a importância do tabaco neste comércio, sobretudo no trato com a Costa da Mina. (LISBOA, 2014, p. 207).

4.2.4 CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XIX

No período final do Século XVIII e dentro de todo o Século XIX, o Brasil passou por uma profunda mudança no ciclo econômico. A região Nordeste deteve o monopólio econômico liderado pela capitania pernambucana, mas esse predomínio esteve embasado no crescimento em torno da sociedade açucareira. Como a mesma sofreu com um declínio em decorrência das questões já abordadas, o nicho economicamente predominante modificou-se para a região Sul do país (ALBUQUERQUE, 2013).

Paralelamente a tais mudanças, destaca-se a ocorrência de turbulências políticas ao longo do Século XIX, marcadas pela Independência do país com relação à metrópole, pela consolidação do Império e, finalmente, pela proclamação da República, esta somente no final desse período. Nesse corte temporal, Pernambuco viveu uma série de importantes movimentos.

Dentre tais movimentos, vale destacar a chamada Revolução Pernambucana, também conhecida como Revolução dos Padres, que eclodiu em 6 de março de 1817 na então Província de Pernambuco, no Brasil. Dentre as suas causas destacam-se a crise econômica regional, o absolutismo monárquico português e a influência das ideias iluministas propagadas pelas sociedades maçônicas (PINTO, 2007).

Contudo, debelada a revolução, sua consequência foi extremamente punitiva para o estado, visto que foi desmembrada da Capitania de Pernambuco a Comarca de Rio Grande (atual Rio Grande do Norte), tornando-se esta uma Capitania autônoma. Esta havia sido anexada ao território pernambucano ainda no início do Século XVIII, antes ainda da anexação do Ceará e da Paraíba à Capitania de Pernambuco, que também se tornaram autônomas ainda no período colonial, em 1799. Além do desmembramento do Rio Grande, outra consequência foi o desmembramento da Comarca de Alagoas, cujos proprietários rurais haviam se mantido fiéis à Coroa e, como recompensa, puderam formar uma Capitania autônoma (LUNA, 2012).

Apesar de os revolucionários terem ficado no poder por menos de três meses, conseguiram abalar a confiança na construção do império americano sonhado por D. João VI. A coroa nunca mais estaria segura de que seus súditos eram imunes à contaminação das ideias responsáveis pela subversão da antiga ordem na Europa. A punição, portanto, deveria ser exemplar (SILVA, 2014).

Além das turbulências políticas, outro importante fato que vale destaque diz respeito à epidemia de varíola registrada em meados do Século XIX, a qual vitimou

muitos escravos, mão de obra principal na produção açucareira no estado. Tais problemas levaram os produtores, senhores de engenho e lavradores de cana a um alto endividamento, apelando a financiamentos de entressafra através da antecipação da venda a um preço abaixo do habitual (ALVEAL, 2013).

O protagonismo econômico de Pernambuco no país já havia perdido espaço desde a descoberta e a exploração da zona aurífera. Outro produto que acabou abarcando o mercado de exportação, inflamando economicamente a recente nação brasileira, que deixa a sua posição de colônia, foi o café, sobretudo no Sudeste do país. O produto impulsionou o sistema econômico brasileiro para a sustentabilidade financeira. O Brasil era o maior exportador do produto no mundo e esse retorno financeiro estendeu-se até o início do Século XX. Gonçalves e Araújo (2015) questionam o predomínio do café da seguinte forma:

O aumento da produção e exportação do café, na região Sudeste, e a abolição da escravatura (principal força de trabalho utilizada no Nordeste), no final do Século XIX, foram os principais fatores apontados como contribuintes da profunda crise ocorrida no setor exportador nordestino. Após o ápice da crise, o Nordeste começou a ocupar um espaço secundário na nova divisão do trabalho nacional (GUIMARÃES NETO, 1997). (GONÇALVES; ARAÚJO, 2015, p. 196).

Esse período de transição econômica se deu ao longo de todo o período correspondente ao Brasil Império e o desenvolvimento de outras regiões fez com que se exacerbasse a negligência com a região Nordeste. Com o declínio da economia açucareira, processo com origens relacionadas ainda à época de expulsão dos holandeses, Pernambuco viu sua economia baseada na enfraquecida produção de açúcar, nas atividades comerciais e na atividade pecuária, esta motivada para abastecer as regiões mais dinâmicas do país.

Um destaque produtivo no estado, porém, pode ser dado ao ciclo do algodão, também chamado de ouro branco, cuja ascensão se deu ainda no final do Século XVIII e percorreu o Século XIX. Antes disso, a cotonicultura era apenas uma atividade secundária, praticada paralelamente à pecuária. Sua produção destinava-se basicamente ao mercado do Recife. Mas com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, que impulsionou a fabricação de tecidos, a demanda por algodão cresceu

acentuadamente. Nesse contexto, Pernambuco passou a explorar o algodão em larga escala (RIBEIRO JÚNIOR, 1981).

Com o fluxo comercial decorrente do algodão, surgiram importantes estabelecimentos de negócios estrangeiros em Recife. A cidade passou a receber, então, os mais variados produtos importados. O crescimento da produção do algodão marca o início do processo de industrialização em Recife, já no final do Século XIX, com a inauguração da Fábrica de Tecidos Progresso (RIBEIRO JÚNIOR, 1981).

Na segunda metade do Século XIX, o algodão representava aproximadamente metade do valor das exportações do Pernambuco (RIBEIRO JÚNIOR, 1981). Como legado, o ciclo do algodão deixou uma importante infraestrutura rodoviária, que cortava todo o território pernambucano, reforçando a capital como centro exportador e de captação de recursos estrangeiros.

4.2.5 CARACTERÍSTICAS DO SÉCULO XX

O Século XX no Brasil foi marcado por períodos de crise econômica intercalados com estagnação e hiperinflação. Com isso, a região Nordeste não se desconectou desse negativo contexto econômico (ALVEAL, 2013).

Os primeiros anos da República, correspondente às últimas décadas do Século XIX, foram marcados por um crescimento insuficiente. Nesse momento, o Brasil passou por um período conhecido por encilhamento, marcado por dificuldades na economia do país. A política do ministro Rui Barbosa era de incentivar a indústria brasileira através de empréstimos que vieram associados a uma exagerada emissão de papel moeda. Sem uma fiscalização efetiva, muito papel na praça, acabou-se gerando um rombo enorme nas contas públicas, ocasionando um endividamento associado à inflação, união perfeita para a tragédia econômica, logo no início do ideal republicano (OLIVEIRA, 2018).

Esse contexto nacional prejudicou todos os estados. Pernambuco se destacava pela sua produção de açúcar, produto que mantinha a economia do estado. Porém, nesse momento, o mercado externo passava por superprodução, de forma que os produtores tiveram que se valer do mercado interno. Só que as primeiras décadas do Século XX foram de dificuldades na economia, como visto no exemplo citado

anteriormente. Com isso, o mercado interno se viu enfraquecido, ocasionando uma crise de superprodução de açúcar em Pernambuco, já que os outros estados não compravam por causa das condições difíceis (LIMA, 2007).

Na tentativa de mediar essa situação, em 1933, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, órgão federal que tinha como objetivo regular a produção desse tipo de mercadoria. Entretanto, gerou-se um efeito contrário, até irônico, pois quando se orientou que os pernambucanos diminuíssem a produção, concomitantemente potencializou-se o crescimento desses produtos em outros estados. Contextualizando essa realidade, Galvão (2015) analisa:

[...] em 1933, um órgão federal foi criado especialmente para lidar com o problema da superprodução do setor – o Instituto do Açúcar e do Alcool. Vale lembrar aqui que, no decreto de sua criação, o IAA estabelecia ter como principal objetivo promover a redução da oferta, [...] O efeito mais imediato da criação do IAA foi o de salvar o setor açucareiro nordestino do total colapso financeiro. Todavia, o IAA falhou ao não alcançar o seu maior objetivo, que era o de restringir a produção nacional do açúcar, na medida em que não foi capaz de resistir às pressões dos estados produtores e, principalmente, das outras regiões. (GALVÃO, 2015, p. 136).

Não é à toa que dentro desse contexto as primeiras décadas de república tenham ganhado sinônimos do tipo república velha, república das oligarquias ou república do café (principal produto econômico da época). Isso mostra como o início desse período foi turbulento e economicamente complexo. Depois dos anos 1930, com a Era Vargas até 1945, seguida de governos populistas subsequentes, o Brasil viveu um período de transição e de intenso conflito político. No cenário econômico, as medidas tomadas estavam intimamente ligadas à tentativa de definitivamente industrializar o Brasil. Entende-se que o processo de industrialização brasileiro foi lento em comparações com outras nações. Apenas no pós-revolução de 1930 percebeu-se um constante incentivo ao desenvolvimento industrial, marcado pelo desenvolvimento na indústria de base (LIMA, 1993).

Dentro dessa realidade, o Nordeste brasileiro ficou em segundo plano, sofrendo um ostracismo econômico. Esse período marcou um predomínio massivo da região

Sudeste do país. Assim, Pernambuco e seus estados vizinhos foram negligenciados do cenário brasileiro (LIMA, 1993).

Nesse período, o Nordeste presenciava um contexto de crise econômica associado a constantes e prolongadas estiagens, combinação fatal para colocar e manter o Nordeste em posição de inferioridade. Vale lembrar que a seca é um agravante natural da produção agrícola nessa região (LIMA, 2007).

Ironicamente, os estados do “centro-sul” do país precisavam do mercado interno para continuar com seu progresso econômico. Assim, passou-se a dar atenção para o Nordeste na tentativa de abarcar esse mercado. Tecnicamente, isso não teria qualquer problema, pelo contrário, seria positivo para ambas as regiões. O problema era que a região nordestina passava por uma crise e “abandono” governamental. Sendo assim, a participação do mercado interno só iria terminar de prejudicar a realidade e não solucionar as mazelas que passavam os nordestinos. Sobre esse contexto, Gonçalves e Araújo (2015) refletem:

Na segunda metade dos anos de 1950, as indústrias do Sudeste, em busca de novos mercados consumidores, invadiram o mercado nordestino, prejudicando a pequena indústria da região, como foi o caso do segmento têxtil. No governo de Juscelino Kubitschek, época de crise econômica no Nordeste, agravada por uma longa seca, cujo ápice foi em 1958, o aumento das disparidades sociais e econômicas entre o Centro-Sul e o Nordeste contribuiu para o crescimento de forças sociais e políticas que reivindicavam por políticas voltadas para mudanças estruturais na sociedade brasileira, as chamadas “reformas de base”. Neste contexto, a questão regional ganhou destaque na política, de modo que se criaram instituições, medidas políticas e recursos, a fim de melhorar a situação socioeconômica dos nordestinos. (GONÇALVES; ARAÚJO, 2015, p. 197).

Nesse momento, a busca do mercado nordestino só poderia funcionar se fosse atrelada a um crescimento impactante da região. Sendo assim, o governo federal incentivou a criação de projetos e prerrogativas que fizessem o Nordeste crescer novamente. A cidade de Recife, em Pernambuco, foi sede de uma das principais propostas de incentivo ao desenvolvimento do Nordeste, a criação da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com a missão de organizar, arquitetar e instrumentalizar medidas de crescimento da região nordestina (LIMA, 2007).

O foco primário do poder federal era organizar a região Nordeste desenvolvendo os aspectos de infraestrutura, devido ao descaso à região que não teve o crescimento urbanístico, de avenidas, rodovias e políticas de saneamento que atingiu as cidades sulistas. Nesse momento, o mercado automobilístico estava em ascensão no Brasil, e o Nordeste deveria estruturar-se nos quesitos básicos. Os olhos do mercado brasileiro voltaram-se para a região e, refletindo essa realidade, Gonçalves e Araújo (2015) afirmam:

No início da fase da “Integração Produtiva” – década de 1960 –, a recém-fundada SUDENE focou os estudos principalmente nos dotes de recursos minerais da Região e dirigiu recursos financeiros públicos para a ampliação da infraestrutura, basicamente em transportes e energia elétrica. No mesmo período, incentivos fiscais, como o Fundo de Investimento no Nordeste (FINOR); investimentos de empresas estatais, como o caso da PETROBRAS, no estado da Bahia, e da Vale do Rio Doce, no estado do Maranhão; créditos de bancos públicos de desenvolvimento e capitais privados locais, nacionais e multinacionais impulsionaram o crescimento econômico do Nordeste, como foi o caso do novo parque industrial, que contou com o apoio de incentivos públicos para a sua instalação. (GONÇALVES; ARAÚJO, 2015, p. 198).

O governo federal seguiu dando atenção ao Nordeste brasileiro, na tentativa de votar o crescimento destes mercados. A conjuntura política brasileira muda completamente com o período dos militares no poder, que segue com a instituição de uma nova república na redemocratização (AQUINO, 1998). Com isso, as perspectivas para Pernambuco e o Nordeste tendem a mudar, realidade tratada no tópico seguinte (LIMA, 2007).

4.2.6 CARACTERÍSTICAS DA ATUALIDADE

No contexto de virada do Século XX para o XXI, Pernambuco, junto ao Nordeste, se encontra em crescimento. A negligência com esse espaço nas décadas anteriores ao Século XX, pelo poder público, fez com que o nordestino ficasse atrasado em comparação a outras regiões, sulistas principalmente, mas, as perspectivas para o futuro tendem a trazer melhores situações a longo prazo.

Atualmente, Pernambuco é o décimo estado mais rico do Brasil. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) pernambucano fechou em R\$ 167,2 bilhões, o equivalente a 2,7% da fatia nacional (R\$ 1,6 trilhões). No âmbito regional, a produção de Pernambuco é a segunda maior do Nordeste (18,6%), perdendo apenas para o estado da Bahia (BNB, 2018). Já a razão do PIB pela quantidade de habitantes, ou seja, o PIB per capita, atingiu R\$ 16.795,34 em 2015, o segundo maior valor dentre os estados do Nordeste, atrás apenas de Sergipe (BNB, 2019).

Na divisão por setor, a Agropecuária representa uma das menores fatias do PIB (4,3%), enquanto a Indústria e o Comércio/Serviços se encontram com maiores participações (19,7% e 76,0%, respectivamente) (CODEPE/FIDEM, 2019). Na agricultura, destacam-se as produções de cana-de-açúcar, mandioca, tomate, milho, feijão, além do cultivo de frutos no oeste do estado. Na região do Sertão do Rio São Francisco, o desenvolvimento da fruticultura voltada à exportação é acentuado. Petrolina lidera a produção estadual de cultivos como uva, manga, goiaba e coco-da-baía. A floricultura também é proeminente em Pernambuco, contando com o segundo maior polo produtivo do Nordeste, tendo Gravatá, Camaragibe e Barra de Guabiraba à frente na produção de flores e plantas ornamentais. Bovinos, caprinos e galináceos representam as maiores produções do estado na pecuária. Pernambuco é o segundo maior produtor de galináceos de toda a região Nordeste. O estado apresenta ainda a terceira maior produção mineral do Nordeste com destaque para brita, água mineral e gipsita (DNPM, 2015).

Composição do valor adicionado bruto, por atividade econômica de Pernambuco

Período de referência: [2010 a 2016]

Pernambuco / Setores	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Composição do VAB (%)						
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária	4,8	4,4	3,5	3,5	3,3	3,9	4,3
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	3,2	2,8	2,0	2,0	1,8	1,9	2,2
Pecuária, inclusive apoio à pecuária	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,8	1,9
Produção florestal e pesca	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Indústria	21,9	21,6	22,0	21,5	18,6	20,0	19,7
Indústria extrativas	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Indústria de transformação	10,1	9,0	9,9	10,5	9,2	10,7	11,7
Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,1	2,7	2,4	1,5	1,6	2,5	2,7
Construção	8,6	9,7	9,6	9,3	7,7	6,7	5,2
Serviços	73,3	74,0	74,5	75,0	78,1	76,1	76,0
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,9	14,7	15,1	14,5	15,9	14,0	13,7
Transportes, armazenagem e correio	3,6	3,6	3,6	3,5	3,7	3,7	3,8
Serviços de informação	2,8	3,1	2,4	2,2	2,5	2,4	2,0
Intermediação financeira, seguros e previdências complementar e serviços relacionados	4,3	4,0	3,9	3,6	3,7	4,0	4,5
Atividades imobiliárias	8,5	9,4	10,4	10,9	10,6	10,9	10,8
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	7,4	7,0	7,7	8,6	9,1	7,4	6,9
Administração, educação e saúde pública, defesa e seguridade social (APU)	24,6	23,7	22,5	22,3	23,1	23,8	24,1
Educação e Saúde Privada	2,5	2,7	3,2	3,5	3,8	4,2	4,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	1,9	1,8	1,7	1,7	1,7	1,6	1,7
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,3	1,2	1,1	1,2	1,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco.

Outro relevante destaque fica por conta do turismo. Pernambuco tem o segundo maior número de leitos hoteleiros da região Nordeste (35,8 mil), perdendo apenas para a Bahia, além de ser o estado com o maior número de regiões turísticas do Nordeste, de acordo com dados do Ministério do Turismo (TURISMO, 2016). Em 2018, 121,2 mil turistas estrangeiros chegaram em Pernambuco, mais da metade deles advindos de países como Alemanha, Itália, Argentina e Portugal (TURISMO, 2019).

Por outro lado, a produção industrial pernambucana também apresenta bons números. A contribuição no PIB estadual, em 2016, foi de R\$ 32,9 bilhões, o equivalente a 2,5% da produção industrial nacional, colocando a indústria pernambucana como a segunda maior do Nordeste. Ao todo, o estado possui quase 15 mil indústrias. Quase a totalidade destas empresas atuam no segmento da transformação. Entre elas estão as indústrias de construção, de alimentos e de produtos químicos, que são as que mais se sobressaem no cenário industrial do estado. Das exportações de Pernambuco, 84% derivam das indústrias, algo que representou US\$ 879 milhões em produtos exportados pelo estado somente no ano de 2015, de acordo com os dados do CONDEPE/FIDEM (2019).

A propósito do comércio exterior, Pernambuco fechou 2018 com déficit de mais de quatro bilhões de dólares na balança comercial, tendo importado muito mais do que exportado. Dentre os principais produtos importados pelo estado estão os combustíveis como óleo diesel, petróleo, gasolina e querosene. Já os principais produtos exportados são o açúcar, os óleos derivados do petróleo e o plástico. China e Argentina são os principais destinos. À frente deste fluxo, destaca-se o Porto de Suape que movimentou 2,4 milhões de toneladas de cargas para outros países em 2018. No cenário regional, é líder no Norte e Nordeste, com a maior movimentação de 2018 entre todos os portos, sendo o quinto maior porto em movimentação do país (SUAPE, 2019).

Boa parte da capacidade demográfica do Brasil situa-se na região Nordeste, de forma que essa região poderia prover grande parte do PIB brasileiro, já que ela é uma das mais povoadas, perdendo apenas para o Sudeste. Por todo o histórico que já foi abordado ao longo do texto, o Nordeste brasileiro constitui em uma região com grande potencial econômico ainda não explorado. Dando embasamento aos argumentos, observa-se na citação abaixo a participação nordestina no PIB brasileiro:

De acordo com os dados do IBGE, o Nordeste atravessou os anos 2000 com uma participação média na formação do produto interno, igual ao observado nos anos de 1980 e 1999, patamar esse que é bem inferior aos observados nos anos de 1985 e 1990, que foram de 15% e 17%, respectivamente, nos últimos anos citados. Com cerca de 27% da população nacional, essa região atingiu uma participação, na população formalmente ocupada brasileira, de 18,1%, produzindo uma média de 13,1% do PIB nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), ficando evidenciado que a região Nordeste obtém uma baixa produtividade da sua mão de obra, indicando a necessidade de mais investimentos e, principalmente, planejamento e ações estruturais para educação e tecnologia nessa região. (GONÇALVES; ARAÚJO, 2015, p. 202).

Dentro desse contexto, para se alavancar economicamente, quais estratégias Pernambuco fez valer para projetar um cenário econômico produtivo? A industrialização associada à educação é um dos projetos pernambucanos para destacar-se novamente. O incentivo à indústria no estado vem sendo constante e

acredita-se que essa política tenha se intensificado desde o início do século XX (GALVÃO, 2015).

Efetivamente, complexos e polos industriais foram sendo criados no estado de Pernambuco, na tentativa de movimentar economicamente a região. O poder público, entendendo essa situação, criou mecanismo de incentivo a essa realidade, desburocratizando e impulsionando sítios industriais em várias cidades pernambucanas, como Petrolina, Caruaru, Toritama, dentre outras. Lima et al. (2007) identifica essa movimentação econômica do início do Século XXI, para Pernambuco, da seguinte forma:

Nos últimos anos, ou seja, de 2000 em diante, a economia de Pernambuco, mesmo se defrontando com as limitações já expostas, vem apresentando um desempenho um pouco melhor em termos de crescimento relativo. Isso, comparando o crescimento estadual com o da economia brasileira, embora as taxas médias tenham ficado nos limites do crescimento raquítico observado no Brasil desde os anos 1980, ou seja, de 2,4% ao ano para Pernambuco e de 1,9% para o Brasil, no período 1999/2003. Esse melhor desempenho relativo tem a ver, entre outros fatores, com a atração de alguns investimentos para o Complexo Industrial Portuário de Suape, com a expansão da fruticultura irrigada do entorno do município de Petrolina e com a expansão das atividades de confecções do Pólo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe. Além disso, observou-se nos anos mais recentes uma recuperação da atividade álcool-açucareira e um expressivo incremento do turismo, embora mais localizado em Porto de Galinhas e em Recife e aquém do observado em outros Estados nordestinos. Além disso, merece destaque, em termos de crescimento no Estado, a consolidação de atividades terciárias de comércio atacadista, de serviços de saúde e de informática, concentradas na RMR. (LIMA; SICSÚ; PADILHA, 2007, p. 531-532).

Essa industrialização do estado de Pernambuco está voltada para o mercado interno. A proposta está voltada para suprir e ou substituir mercadorias importadas para o Brasil. A ideia é alavancar economicamente a região pernambucana, fazendo com que as outras posições do Brasil usufruam desse desenvolvimento, proporcionando um crescimento da economia brasileira como um todo (ANDRADE, 2017).

Essa estratégia segue com uma lógica industrializante positiva e coerente. Porém, é difícil garantir uma alavancagem significativa mirando apenas o setor interno da economia, além do que o mercado a priori a ser atingido é um setor regional. Entende-se que o mercado interno tende a ser limitante, até pelas próprias condições de crise econômica que o Brasil passa nos últimos anos. De outra forma, tem-se o desenvolvimento e o incentivo industrial alimentado e predisposto a atingir o mercado interno, o que tecnicamente pode ser um risco, em vez de uma posição vencedora.

Sobre essa perspectiva futura da economia industrial pernambucana, Galvão (2015) contextualiza:

Infere-se, assim, que o surto de industrialização que o estado de Pernambuco sofrerá nas próximas duas décadas não será do tipo induzido por exportações (para o exterior do País, enfatize-se aqui), mas sim essencialmente induzido por substituição de importações – ou seja, pela produção de bens voltados para os mercados regional e nacional, embora a geração de algum excedente exportável possa ser possível. (GALVÃO, 2015, p. 145).

A projeção futura da situação econômica para o estado de Pernambuco está totalmente ligada ao seu desenvolvimento industrial. Acredita-se que esse pode ser um vetor que possa ocasionar um novo crescimento na economia pernambucana. A crítica a esse tipo de estratégia encontra-se no foco ao mercado interno. O problema é que, para contrair uma fatia considerável desse mercado, tornam-se necessários ferramentas e instrumentos que talvez o simples desenvolvimento alavancado pela industrialização não seja suficiente. Porém, essa projeção pode sim potencializar o estado de Pernambuco economicamente, fazendo com que o mesmo se solidifique.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi reunir informações acerca da formação econômica do estado de Pernambuco, relatando fatos históricos através de referências bibliográficas e dados secundários que auxiliaram no entendimento sobre a evolução econômica local.

Assim como há informações sobre a formação econômica do Brasil, a pesquisa buscou agrupar informações que demonstrem como foi a evolução da economia pernambucana e quais fatores influenciaram em suas mudanças, trazendo para o centro das discussões tais fatos históricos, discutindo suas consequências e como eles influenciaram e moldaram a economia do estado.

O trabalho também fez uma síntese das características geográficas do estado, descrevendo as principais propriedades de suas mesorregiões, o que ajuda no entendimento do que favoreceu ao advento e à consolidação da cana-de-açúcar na Zona da Mata do estado e também o movimento econômico ligado ao turismo, principalmente no seu litoral.

Especificamente quanto à formação econômica do estado, procurou-se dividir sua descrição em fases distintas, estudando-se inicialmente o período histórico antes mesmo do descobrimento do Brasil, buscando entender a sociedade e a cultura dos indígenas nativos da região, que não tinham sequer um conceito de nação naquela realidade e o estilo de vida beirava as condições do período neolítico, o que explica a colonização, por vezes, ter se dado através de conflitos com o colonizador.

A história econômica do estado de Pernambuco tem seu marco inicial basicamente fundamentado na economia açucareira, entre os Séculos XVI e XVII, e decaindo principalmente no Século XVIII, quando são marcantes os efeitos da saída dos holandeses do estado, ainda em meados do Século anterior. Aportando nas Antilhas, estes passaram não só a controlar o comércio, como também a produção do açúcar oriundo desta localidade, surgindo grande concorrência estrangeira, o que afetou a posição do produto pernambucano no mercado europeu.

A crise do setor açucareiro coincidiu com o início do ciclo do ouro no país. Contudo, isso redirecionou o abastecimento de escravos, que antes iam para os engenhos e lavouras pernambucanos, e agora iam para a exploração de ouro no

estado de Minas Gerais. Este foi início de profundas transformações ocorridas na economia do país até o Século XIX.

Pernambuco já não era protagonista na economia do país desde a exploração do ouro e foi ainda mais negligenciado com a ascensão da produção de café, sobretudo no Sudeste do país, que tinha se tornado o principal produto de exportação brasileira na época, quando o Brasil era o maior exportador de café do mundo, sustentando a estabilidade financeira do país até o início do século XX. Diante desse cenário, Pernambuco tinha sua economia baseada na enfraquecida produção de açúcar, nas atividades comerciais e na atividade pecuária, esta motivada para abastecer as regiões mais dinâmicas do país.

Contudo, no chamado ciclo do algodão, cuja ascensão se deu entre os Séculos XVIII e XIX, o estado se destacava na cotonicultura e, com o advento da Revolução Industrial, a produção de tecidos, que antes era destinada basicamente para Recife, foi impulsionada pelo aumento global da demanda de algodão, passando, inclusive, a explorar o produto em larga escala.

Juntamente com essas mudanças econômicas, destacaram-se alguns fatores políticos importantes para o país ao longo do Século XIX, marcado pela independência do Brasil, pela consolidação do império e pela proclamação da república. Nesse contexto, Pernambuco viveu uma série de conflitos, a exemplo da Revolução Pernambucana, que também objetivava a independência do Brasil em relação a Portugal, mas não obteve sucesso.

O Século XX no Brasil, por sua vez, foi marcado por períodos de crise econômica intercalados com estagnação e hiperinflação, e a produção açucareira de Pernambuco passou a abastecer somente o mercado interno, devido à superprodução e inchaço do mercado externo, até que os outros estados, também afetados pela crise, pararam de comprar o produto do estado.

Nesse cenário econômico buscava-se, ainda que lentamente, a industrialização do país e o Nordeste brasileiro ficou em segundo plano, em detrimento das regiões Sul e Sudeste do país. Assim, Pernambuco e seus estados vizinhos foram negligenciados do cenário brasileiro. A volta dos investimentos, por parte do governo federal, só se deu por conta da necessidade de abastecer o mercado consumidor dos produtos das regiões Sul e do Sudeste, visando a continuidade do progresso econômico destas. Com isso, destaca-se o papel da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, visando o crescimento da região.

Na transição do Século XX para o XXI, Pernambuco, e o Nordeste, encontram-se em crescimento, porém, ainda atrás de outras regiões, por conta da negligência das décadas anteriores. Atualmente, Pernambuco se encontra entre os dez estados mais ricos do país e em segundo lugar na região Nordeste. A agropecuária ainda é responsável por importante parcela do PIB, e os produtos que mais se destacam na agricultura são cana-de-açúcar, mandioca, tomate, milho, feijão, e frutas e flores. Na pecuária, bovinos, caprinos e galináceos representam as maiores produções, sendo Pernambuco o segundo maior produtor de galináceos de toda a região Nordeste.

A industrialização do estado está em ascensão, representando 2,5% da produção industrial nacional, mas ainda é voltada para o mercado interno, buscando suprir ou substituir produtos que seriam importados por produtos locais. Porém, apesar de ser uma tática positiva e coerente, não há garantias de que haja um impacto significativo no desenvolvimento econômico quando se está focando em setores internos isolados da economia, que não atingem o mercado regional como um todo e as condições atuais da economia apresentam crises que têm limitado o mercado interno nos últimos anos.

A projeção futura do cenário econômico de Pernambuco está intimamente ligada ao seu desenvolvimento industrial. Porém, acredita-se que é necessário mudar a estratégia de focar no mercado interno, passando a ampliar os mercados, projetando a economia para que o estado volte a alavancar o seu desenvolvimento de forma contínua e sólida como já foi no passado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. S. L. **A macroeconomia pernambucana no século XIX**. *Revista Economia e Desenvolvimento*, v. 12, n. 2, p. 111 – 129, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/viewFile/22707/12582>>. Acesso em: 16 set. 2018.

ALVEAL, C. M. O. **Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na Segunda Metade do século XVII**. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, p. 1 – 15, 2013.

AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira: no tríplice aspecto político-social econômico**. 2. ed. 2 v. São Paulo: Nacional, 1958.

ANDRADE, M. C. O. **Pernambuco e o trópico**. *Revista do IEB*, n. 45, p. 11 – 20, abr. 2017.

BRASIL. **Anuário estatístico de Pernambuco**. 2019. Disponível em: <<http://www.anuario.pe.gov.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Chegada de Turistas Internacionais**. 2019. Disponível em: <<http://dados.turismo.gov.br/index.php/chegada-de-turistas-internacionais>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Estudos, pesquisas e dados sobre o setor de turismo**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/mapa_turismo_brasileiro_jul_2016.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Municípios pernambucanos são agrupados de acordo com o tamanho da economia turística**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5418-munic%C3%ADpios-pernambucanos-s%C3%A3o-agrupados-de-acordo-com-o-tamanho-da-economia-tur%C3%ADstica.html>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRITO, Aguinaldo. **Pernambuco vive sua revolução industrial**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2011.

BRITO, F. **Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 21, n. 1, p. 5 - 20, jan - jun. 2004.

CARVALHO, José. **Evolução demográfica recente no Brasil**. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 10, n. 2, p. 527- 553, ago. 1980. Disponível em: <<repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7071>>. Acesso em 30 jun. 2019.

CARVALHO, J. A. M; SAWYER, D. O; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo: Associação brasileira de estudos populacionais, 1994.

CARVALHO, J, M; MIRANDA, D. L. **As exportações brasileiras de frutas: um panorama atual**. Porto Alegre: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DNPM. **Economia Mineral de Pernambuco 2004-2013**. 2015. Disponível em <http://www.dnmp-pe.gov.br/Eco_Min_PE/EMPE.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ETENE. **DEE - Diário Econômico Etene: PIB de seis Estados do Nordeste cresceram acima da média do País**. 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/4543398/19_27_03_2019.pdf/93fb57be-74f1-0a28-aa16-9273e2c1fab8>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ETENE. **DEE - Diário Econômico Etene: PIB per capita cresceu em todos os Estados do Nordeste**. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/1342439/2839021/001_15_01_2018.pdf/d1662876-0c55-0416-454e-016e2d595d62>. Acesso em: 28 jun. 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERREIRA, O. L. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, O. J. A. **A Economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado**. Revista NE Fortaleza, v. 46, n. 3, p. 131 – 154, jul – set. 2015.

GALVÃO, O. J. A. **A economia de Pernambuco: uma contribuição para o futuro**. 2005. Disponível em: <http://www2.cedes.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=14275&folderId=206524&name=DLFE-13612.doc> Acesso em: 13 out. 2018.

GONÇALVES, H. F; ARAÚJO, J. B. **Evolução histórica e o quadro socioeconômico do nordeste brasileiro nos anos 2000**. Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat, v. 13, n.1, p. 193 – 205, jan – jun. 2015.

GUEDES, Natanael. **Recife: cidade que surgiu do açúcar**. 2005. Disponível em: <<https://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/102005410>>. Acesso em: 13 de out. 2018.

HISHOLM, Hugh. **Pernambuco**. Enciclopédia Britânica Cambridge University Press, 11 ed., p. 178, 2011.

IBGE. **Contas regionais do Brasil: 2010-2013.** 2019. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94952.pdf>> Acesso em: 10 de jun. 2019.

JC ONLINE. **Pernambuco é eleito terceiro melhor polo de eventos internacionais do Brasil.** 2012. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/peernambuco/noticia/2012/05/10/per-nambuco-e-eleito-terceiro-melhor-polo-de-eventos-internacionais-do-brasil-41713.php>>. Acesso em: 10 de out. 2018.

JÚNIOR, C. P. **História econômica do Brasil.** Brasília: Brasiliense, 1994.

JÚNIOR, J. R. **A economia algodoeira em Pernambuco: da colônia a independência.** 1981. Disponível em <https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1672>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LEITE, Lidiane. **Ranking das maiores regiões metropolitanas.** 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/12/confira-o-ranking-das-maiores-regioes-metropolitanas.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.

LIMA, J. P; KATZ, F. **A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis.** Revista Cadernos de Estudos Sociais, n. v. 9, n. 1, jan - jun. 1993.

LIMA, J. P. R; SICSÚ, A. B; PADILHA, M. F. F. G. **Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado.** Revista Econômica do Nordeste, v. 38, n. 4, p. 525 – 541, out - dez. 2007.

LISBOA, B. A. V. **Engenhos, açúcares e negócios na capitania de Pernambuco.** Revista de Pesquisa Histórica Clio, n. 32.1, p. 196 – 215, 2014.

LUNA, Letícia. **A separação de Pernambuco e a construção da identidade alagoana.** 2012. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/noticias/2012/09/a-separacao-de-pernambuco-e-a-construcao-da-identidade-alagoana>>. Acesso em: 16 set. 2018.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil.** 5. ed. Recife: Universidade da UFPE, 2008.

MARTINE, G; FARIA, V. **Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 3, n. 1, jan - jun., p. 1-23 1986.

MATOS, C. J. **Os holandeses no Brasil.** Revista Intellectus, ano VII, n. 17, p. 167 – 197, 2011.

MDIC. **Comex Vis: Pernambuco.** 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-uf-produto?uf=pe>>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

MELO, T. S. **Registros coloniais escritos nos mapas da antiga Vila de Igarassu, Pernambuco**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, p. 1 – 16, 2011.

OLIVEIRA, M. T. B. **O Século XIX, segundo Furtado**. Revista Economia, dez. 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n4p887_904.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

PINTO, Marcos. **A revolução Pernambucana de 1817 e a região oeste potiguar**. 2007. Disponível em: <<http://blogcarlossantos.com.br/a-revolucao-pernambucana-de-1817-e-a-regiao-oeste-potiguar/>> Acesso em: 10 jun. 2019.

PORTAL, Indústria da. **Perfil da indústria nos estados**. Disponível em: <<http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/>> Acesso em: 10 jun. 2019.

SALVATI, Paulo. **Os ciclos econômicos do Brasil colônia**. 2010. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/os-ciclos-economicos-do-brasil-colonia>> Acesso em: 10 jun. 2019.

SANTOS, P. C. (et al.). **Geografia do Brasil: aspectos físicos, econômicos e sociais**. São Paulo: Moderna, 2008.

SILVA, Wagner. **Revolução Pernambucana**. 2014. Disponível em: <<http://wrsilvahistal.blogspot.com/2014/05/revolucao-pernambucana.html>>. Acesso em: 16 set. 2018.

SOBER. **Panorama do agronegócio de flores e plantas ornamentais no Brasil**. 2015. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/761.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SUAPE. **Exportações crescem 33% no Porto de Suape**. 2019. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/1223-exportacoes-crescem-33-no-porto-de-suape>>. Acesso em 30 jun. 2019.